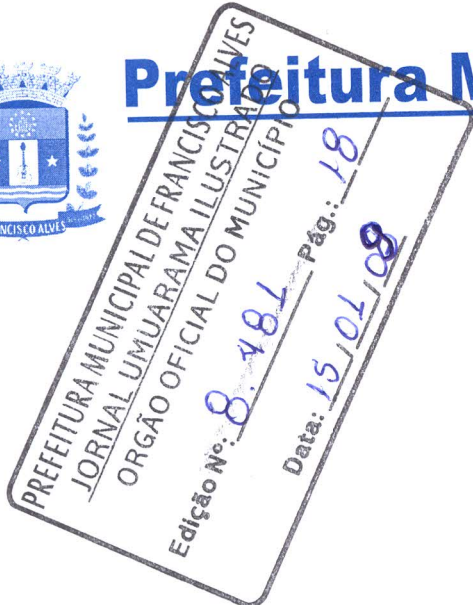




Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ. 77.356.665/0001-67



LEI Nº 648//2009

SÚMULA - REGULAMENTA O ARTIGO 78, § 1º, 2º e 3º, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, COM A REDAÇÃO OUTORGADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Para fins do disposto no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 30 de 13 de setembro de 2000, fica definido como de pequeno valor os débitos da Fazenda Pública Municipal originários de decisões judiciais transitadas em julgado que não excedam ao total equivalente a 05 (cinco) salários mínimos federal.

§ 1º - Os débitos referidos no caput serão pagos mediante solicitação da autoridade judicial competente de primeira ou segunda instância, independentemente de formação de Precatório.

§ 2º - O pagamento dos débitos definidos nesta lei como de pequeno valor, ainda que já formalizado os respectivos Precatórios, poderão ser pagos imediatamente conforme disponibilidade de recursos orçamentários, não se lhes aplicando o disposto no artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º - Ressalvados os débitos definidos no artigo anterior, os de natureza alimentícia e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes de pagamento na data da publicação desta lei e os que decorram de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 poderão ser liquidados em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos.

§ 1º - As parcelas relativas aos precatórios referidos neste artigo deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício correspondente, e o pagamento ocorrerá até o final de cada exercício.

§ 2º - O prazo referido no caput fica reduzido para dois anos, os casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, em cada caso a celebrar acordo com a parte credora, para o pagamento da obrigação de pequeno valor, em até 12 (doze) parcelas iguais, respeitando a ordem de preferências.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Francisco Alves, aos catorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e nove.

VALTER CESAR ROSA
Prefeito Municipal

e-mail: pmfranciscoalves@pmfranciscoalves.com.br